



5010 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

Reformas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): relações entre o público e o privado
Maria Raquel Caetano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense

Reformas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): relações entre o público e o privado

Resumo: Os objetivos deste artigo são apresentar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como parte das reformas globais da educação, bem como mapear e problematizar os sujeitos e suas relações na construção e na implementação da Base Nacional através da inserção de propostas ligadas a instituições privadas no processo. Busca também discutir o conteúdo da proposta educacional na BNCC a partir de duas instituições que fazem parte do Movimento pela Base e do catálogo de soluções educacionais que se colocam à disposição dos sistemas e das escolas públicas. No desenvolvimento metodológico, procedemos ao levantamento e à análise de fontes primárias e secundárias e o mapeamento dos sujeitos e suas relações. Nas considerações, apresentaremos as relações entre o público e o privado e as possíveis consequências que o movimento dos empresários na BNCC traz para a educação.

Palavras-chave: BNCC. Sujeitos. Público-privado. Conteúdo.

INTRODUÇÃO

O capital necessita expandir-se apesar e em detrimento das condições necessárias para a vida humana, “levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social” (MESZAROS, 1998, p. 152). O capital parece haver alcançado seus limites geográficos e o movimento atual consiste em converter todas as atividades humanas e a natureza em mercadorias e pretende reger as relações sociais pelas regras do mercado, incluindo a educação.

No Brasil e no mundo, a educação foi poderosamente afetada pelo surgimento da agenda política, social, econômica neoliberal e global. Assim, diferentes países estão reformando seus sistemas educacionais, tornando-os alinhados ao mercado através de parcerias e outros. Essas parcerias entre o público e o privado com corporações nacionais e transnacionais é baseada na suposição de que o Estado não é capaz de resolver os problemas atuais. Parcerias com o setor privado são vistas como pragmáticas, orientadas para soluções flexíveis, eficientes e não burocráticas - atributos frequentemente ausentes em projetos e processos puramente governamentais (SEITZ; MARTENS, 2017).

Estados e as organizações internacionais estão redefinindo suas formas de atuação em relação ao que é público, compreendendo como necessária a aproximação com instituições privadas, permitindo, assim, atingir suas metas, retirando-se como provedor da atividade pública. Enquanto as lógicas de gestão da educação são garantidas de acordo com a lógica de mercado, “dada a presença do setor privado como responsável pela oferta, o Estado assegura o ambiente político favorável e, muitas vezes, o seu financiamento” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1143).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma política educacional que se inscreve no ideário de agenda global estruturada para educação, a partir das indicações do Banco Mundial, mais especificamente da Estratégia 2020 e das experiências internacionais sobre reformas curriculares. No caso específico do Brasil, que passa, desde o golpe de 2016, por uma crise ética, política e institucional, a BNCC foi construída sem a participação da comunidade educacional. Foi considerado um processo antidemocrático pela falta de participação e transparência nos encaminhamentos feitos pelo MEC e CNE, gerando repercussão negativa na área educacional, apesar do apoio da grande mídia e de parte da classe empresarial, base de sustentação do governo de Michel Temer (2016-2018).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo mapear e problematizar quem são os sujeitos que influenciaram a construção e a implementação da Base Nacional Comum Curricular através da inserção de propostas ligadas a instituições privadas e mercantis no processo. Além disso, visa discutir em parte, o conteúdo das propostas advindas do Movimento pela Base, apresentando exemplos de como as instituições privadas buscam influenciar a direção e a execução da política educacional brasileira.

Para isso, no desenvolvimento metodológico, procederemos ao levantamento e à análise de fontes primárias (documentos oficiais, institucionais e relatórios) e secundárias (pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema). Buscaremos seguir ainda as contribuições para análise de documentos e textos de Shiroma, Campos e Garcia (2005, p.432) que [...] “devem ser lidos com e contra outros, ou seja, compreendidos em sua articulação ou confronto com outros textos. Utilizaremos também o mapeamento dos sujeitos e suas relações na perspectiva de Thompson (1981) para problematizar a influência de sujeitos individuais e coletivos ligados ao mercado que atuam na BNCC.

Conforme Thompson, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições: “Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares” (THOMPSON, 1981, p. 111). Para o autor, toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse [...] toda luta de classes é ao mesmo tempo luta acerca de valores” (THOMPSON, 1981, p. 189-190).

Portanto, a educação pública como parte de um projeto de nação é disputada por visões antagônicas, por projetos distintos e pela “direção e pelo conteúdo da educação nacional”, com lutas históricas entre o público e o privado travadas em diferentes contextos. É a partir dessas reflexões que atentaremos para o movimento da política educacional a partir de uma articulação complexa entre o público e o privado.

As relações entre o público e o privado e as reformas educacionais

As reformas educacionais, em curso no Brasil, como parte de uma agenda global estruturada para a educação (DALE, 2004; SALBERG, 2011), redefiniram as formas de compreender a gestão da educação e da escola. Isso porque introduziram novos elementos, como a parceria público-privado, a gestão por resultados, o voluntariado, a filantropia, a terceirização e, também, o que chamamos de formas de privatização, trazendo implicações à educação e à escola. Atualmente, instituições neoconservadoras também vêm atuando no sentido de influenciar o conteúdo das propostas educacionais, seja pela militarização das escolas ou pela elaboração de leis que visam cercar o direito à educação e seu processo pedagógico.

Quanto à privatização, as tendências se dão tanto de forma direta - exoprivatização - quanto indireta - endoprivatização (BALL; YOUDELL, 2008). Elas operam através da instalação de uma série de ferramentas de mercado no próprio funcionamento da política pública e podem ser a transferência do desenvolvimento curricular que é um elemento-chave na definição do ensino à iniciativa privada.

Para tratar da privatização, utilizamos a abordagem de Lima (2013, p. 178, grifos do autor) que compreende que a privatização pode, portanto, ter diferentes significados, “desde a erosão das responsabilidades estatais em benefício de privados, desregulação, concessão a privados, parcerias, construção de redes nacionais de ensino, já não públicas, mas híbridas ou baseadas em parcerias público-privadas [...]”. Conforme o mesmo autor, pode, ainda, “significar a crescente introdução de modos de gestão considerados típicos das organizações privadas, centradas nas necessidades do cliente ou consumidor” (2013, p.179).

Ao mesmo tempo em que os processos de privatização têm avançado na educação brasileira, as políticas sociais têm sido consideradas “inimigas do governo através de construções ideológicas dirigidas ao senso comum e sentenciam que as ‘despesas obrigatórias’ nos gastos sociais assegurados pela Carta de 1988 são o principal desestabilizador do equilíbrio fiscal” (FAGNANI, 2017, p. 2). Afirmando ainda que sem a revisão do

pacto social da democratização não haverá solução para a estabilidade da dívida pública. “Em última instância, quando deliberam que o País não cabe no PIB, estão dizendo que as demandas sociais da democracia não cabem no orçamento” (FAGNANI, 2017, p. 3).

Os efeitos dos ataques às políticas sociais no que diz respeito ao financiamento têm como consequência os cortes no orçamento para a área. A Emenda Constitucional 95/2016, ao congelar por vinte anos o investimento público na área social, “reserva toda a riqueza produzida para ganhos do capital, constituindo-se na maior agressão às conquistas de direitos da classe trabalhadora desde o fim da escravidão” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.366), destruindo também o Estado.

É nesse contexto de ajustes fiscais que operam os organismos internacionais como o Banco Mundial. Ao lançar a Estratégia 2020 - Aprendizagem para Todos, o objetivo global a ser alcançado era a aprendizagem. A nova estratégia do Banco estabeleceu duas direções a serem seguidas: a reforma dos sistemas de educação dos países a serem assistidos e o desenvolvimento de uma base de conhecimentos de alta qualidade a ser utilizada nessas reformas.

Faz parte dos objetivos do BM aumentar o conhecimento sobre o papel do setor privado na educação e ajudar os países a criar ambientes de política e estruturas normativas que alinhem esforços do setor privado por meio de parcerias estratégicas no nível local e global, visando melhorar os sistemas educacionais. Segundo o Banco, “as entidades privadas são fornecedores importantes de serviços de educação até para as comunidades mais pobres, especialmente em áreas que os governos não chegam” (BM, 2011, p. 20). A estratégia atual coloca maior ênfase na importância do setor privado e apoia, abertamente, o papel das instituições de ensino privadas com fins lucrativos. Ela acredita que o setor privado pode ser benéfico para os pobres (VERGER; BONAL, 2011).

Na Estratégia 2020 do Banco Mundial, há uma relação direta entre financiamento e resultados. Isso alarga o papel do setor privado adequando as oportunidades de aprendizagem às necessidades da atividade econômica, redefinindo o conceito de qualidade e, por outro lado, favorecendo a expansão dos provedores privados de educação, “por meio da criação e do aprimoramento das oportunidades de aprendizagem em mercados formais e informais de formação (PRONKO, 2014, p.108).

Ao analisar as reformas em curso no Brasil, com implicações na retirada dos direitos dos trabalhadores, no congelamento dos investimentos sociais por vinte anos e no enfoque dado pela Estratégia 2020 na aprendizagem em relação direta aos resultados e à avaliação, podemos declarar que há um movimento de fortalecimento da privatização na educação. De acordo com a Estratégia 2020, os objetivos podem ser alcançados através da introdução de incentivos e fórmulas de financiamento competitivos nos sistemas educativos, bem como do aumento da oferta privada com subsídio público, ou seja, a contratação de todo tipo de serviço educacional pelo Estado aos setores do mercado.

Nesse sentido, a escola, conforme Ball e Youdell (2007), funcionaria como uma empresa de maneira que os sistemas educativos atuariam como quase-mercados, com base em critérios como seleção de estudantes e política de resultados que promoveriam uma lógica de cunho privado, em que a educação é reduzida à condição de mercadoria. É nesse contexto histórico, político e institucional adverso que a Base Nacional Comum Curricular foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que “Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica” (BRASIL, 2017).

Ao apoiar instituições privadas, o BM também fortalece as empresas privadas que atuam na área educacional. Isso porque privatiza tudo o que for possível em relação à educação, aderindo às imposições da lógica do mercado.

A BNCC e o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular

O avanço das relações entre o Estado e o mercado de soluções educativas tem contribuído para a redefinição da natureza do próprio Estado (BALL, 2014). Para o neoliberalismo, o Estado, ao mesmo tempo em que reduz as políticas sociais, é um importante criador de mercados, oportunizando novos negócios, sendo que as reformas educacionais passam a ter um papel importante nesse mercado. As soluções para problemas públicos foram compreendidas pelas empresas privadas, originando um mercado de serviços e produtos educativos e privilegiando soluções privadas.

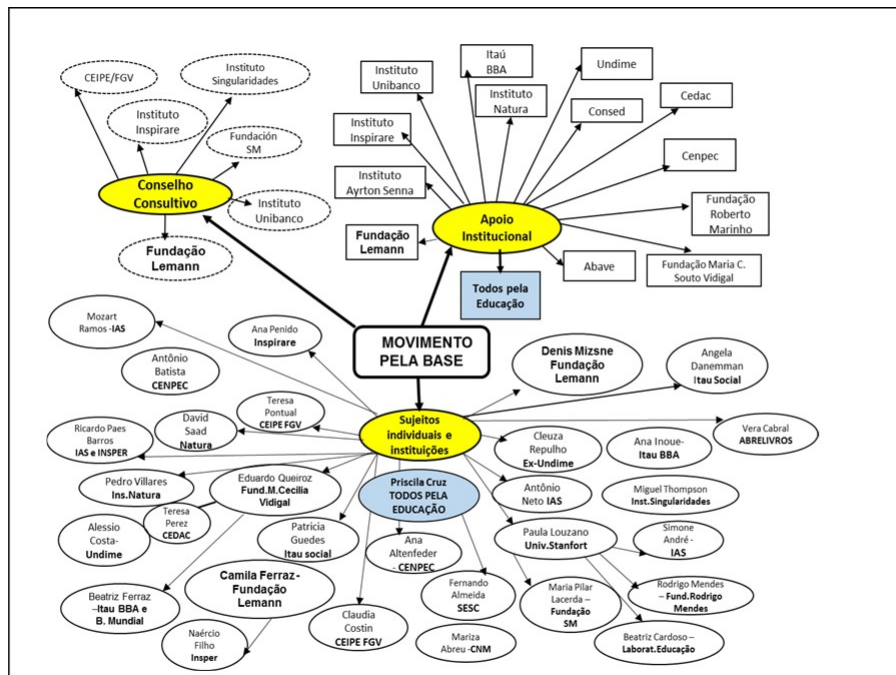
Os empreendedores de políticas, conforme observa Ball (2014), que incluem capacidade intelectual, conhecimentos de políticas, liderança e habilidade de formação de equipes, contatos e habilidades estratégicas (*idem*, p.41). Junto a isso, os novos filantropos (BALL, 2014) buscam impactos e resultados dos seus investimentos através de metas mensuráveis e o retorno dos seus investimentos. Conforme o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD) e da Plataforma de Filantropia (ONU, 2017), a educação é a área que recebe mais investimento social privado no Brasil (84%), seguido por desenvolvimento profissional e cidadão para jovens (60%) e artes e cultura (51%). O volume dos investimentos filantrópicos em 2016 foi de R\$ 2.9 bilhões, o que representa 0,23% do PIB nacional.

Nesse contexto, o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) se apresentou como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua, desde 2013, na construção de uma base de qualidade. Esse movimento foi patrocinado pela Fundação Lemann em conjunto com outras instituições públicas e privadas. O MBNC é composto por grupos ligados ao capital financeiro e da grande burguesia brasileira.

O Movimento pela Base é formado por sujeitos individuais e coletivos e suas “relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares” (THOMPSON, 1981, p. 111), sendo que os sujeitos vão se movimentando, trocando de lugares e outros sujeitos vão se incorporando. A formação atual não é a mesma que iniciou o MPB em 2013, já que novos sujeitos foram se integrando a ele. Os interesses mais pragmáticos de cada grupo são diversos e correspondentes a setores e ramos em que mais atuam, mas que partilham da necessidade comum de alavancar a educação brasileira para o desenvolvimento econômico. Atualmente, o movimento apresenta a seguinte estrutura: Pessoas, Conselho Consultivo e Apoio Institucional (MPB,2018).

Apresentamos no quadro 1 as instituições formadas por institutos, fundações, braços de instituições privadas e bancos. No item pessoas, constam os sujeitos e a instituição que os representa.

Quadro 1 – Quem são os sujeitos do MPB



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do MPB (setembro, 2018).

Conforme o Quadro 1, podemos observar o protagonismo de instituições ligadas ao empresariado nacional, inclusive com relação a redes internacionais em países sul-americanos e fora dele, embora se intitulem “terceiro setor”. Isso não significa que o protagonismo é o mesmo entre todos os sujeitos coletivos. Ganham destaque a Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Instituto Inspirare, Fundação Santillana, Abrelivros, entre outros. Essas instituições têm em comum as relações com o organismo Todos pela Educação, um *think tank* para a educação ligado à rede latino-americana Reduca.

As ações desempenhadas pela Fundação Lemann incluem a secretaria executiva do MPB, mobilização para a consulta pública, coordenação de leituras críticas da 1ª e da 2ª versão da BNCC incluindo consultores internacionais e sistematização de contribuições para a produção de versão da BNCC encaminhada ao Ministério da Educação, dentre outras ações. A Fundação Lemann é vinculada ao empresário Jorge Paulo Lemann, fundador da GP Investimentos, um dos sócios da 3G Capital e proprietário da AB Inbev, maior empresa de cerveja do mundo, entre outros negócios.

As instituições que aparecem no quadro 1 oferecem soluções para a educação pública. Elas lançam no mercado todo tipo de material, especialmente aquele destinado à rede pública, da educação infantil ao ensino médio: programas, livros didáticos, *softwares*, manuais, plataformas digitais e formação de professores, incluindo contratação de consultores para todo tipo de serviços na educação.

Atualmente, o grupo que compõe o Movimento é formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação. Muitos estão ou estiveram ligados à Undime, Consed, CNE e MEC. Outros estavam, inicialmente, no Movimento e alçaram postos no MEC, como é o caso de Katia Smole ligada ao grupo Mathema que estava na primeira formação do MPB, ou Maria Helena Castro que foi secretária executiva do MEC na gestão FHC e Temer e faz parte da Abave (Associação Brasileira de Avaliação Educacional) que integra o Conselho Institucional do MPB e, atualmente, o Conselho Nacional de Educação.

Eduardo Deschamps (PSD-SC) foi Presidente do Consed até 2016. Ele foi Secretário de Estado de Educação de Santa Catarina e é o atual presidente do Conselho Nacional de Educação. Ou ao contrário: estiveram em funções públicas e hoje estão no privado como é o caso de Ricardo Henriques que foi Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (2004-2007) no governo Lula e hoje integra o Instituto Unibanco, e de Ricardo Paes de Barros, que foi Secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011-2015) no governo Dilma Rousseff e hoje está no Instituto Ayrton Senna e no Insper.

Maria Pilar Lacerda foi Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação de 2007 a 2012 e hoje atua na Fundação SM ligada a Santillana, braço editorial do grupo PRISA, líder em meios de comunicação, entretenimento e educação. No Brasil, atua desde 2001, nos segmentos de livros didáticos (Editora Moderna), de literatura infantojuvenil (Moderna e Salamandra) e materiais para ensino de idiomas, além de oferecer avaliação educacional (AVÁLIA), sistema de ensino (UNO) e o SmartLab, plataforma de conteúdos educacionais.

Os sujeitos individuais que fazem parte do MPB desde a sua fundação estão ora no Estado e ora no mercado como apresentamos. Essas relações entre público e privado são muito frágeis quando tratamos de políticas educacionais no atual momento histórico, político e social. Mas há resistência das instituições e associações de professores, pesquisadores, comunidade científica, estudantes, entre outros que vêm denunciando as formas antidemocráticas instituídas pelo MEC, desprovidas de sentido público. Isso porque não se consulta a comunidade acerca das pesquisas na área que já vêm de longa trajetória, em detrimento de medidas impostas, cujos resultados já publicados são insignificantes, como apontam Ravich (2011) e Freitas (2018).

A BNCC e o conteúdo da proposta educacional

O capital tem uma agenda para a educação, cuja centralidade passa a ser a privatização dos sistemas públicos de ensino e o deslocamento do foco da educação como processo mais amplo para a aprendizagem. A BNCC aprovada pelo CNE e homologada pelo MEC apresenta-se restritiva, à medida que direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento – trazidos no documento – construídos pelos educadores e publicados por Bonini *et al.* (2018) e no PNE, 2014-2024 (BRASIL, 2014), “foram reduzidos a uma visão pedagógica centrada na aprendizagem, cuja materialização se expressa por meio de uma relação que subjugou o currículo à lógica da avaliação por desempenho” (DOURADO; OLIVEIRA, 2018, p.40). Além disso, foi reforçada a lógica de uma aprendizagem com base em competências, com concepção curricular restritiva e fortemente articulada à avaliação de tipo padronizada e estandardizada (DOURADO; OLIVEIRA, 2018, p.40).

Essas prescrições têm consonância com o objetivo primordial da atual política do Banco Mundial para os próximos dez anos, lançado em 2011, a Estratégia 2020 para Educação: Aprendizagem para Todos, como apresentamos na seção anterior. Esse documento visa à “garantia de que todas as crianças e jovens adquiram o conhecimento e as habilidades de que necessitam para terem vidas saudáveis, produtivas e obterem um emprego significativo” (BANCO MUNDIAL, 2011, p.5). Nessa perspectiva, o investimento em educação deve estar mais voltado para as oportunidades de aprendizagem, favorecendo mercados de formação que promovam a disseminação das competências e das capacidades individuais necessárias para o desenvolvimento. “Segundo o BM, existe um hiato entre os anos de escolarização, os conhecimentos e competências que os indivíduos precisam desenvolver para contribuir com o crescimento econômico dos seus países” (PRONKO, 2014, p.106).

O documento trata de salientar que o objetivo global a ser alcançado é a aprendizagem, e não somente a escolaridade, ou seja, aprendizagem “dentro e fora da escola, desde o pré-escolar até ao mercado de trabalho” (*idem*, p. 1). Conforme a nova estratégia do Banco Mundial, o aprendizado deve se iniciar cada vez mais cedo, pois é na infância que adquirimos habilidades para uma vida de aprendizado. No caso específico da relação entre escolarização e aprendizagem, o documento afirma que “no nível social, pesquisas recentes mostram que o nível de competências de uma força de trabalho [...] prevê taxas de crescimento econômico muito mais elevadas que as médias de escolaridade” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 3). Com essa visão economicista da educação, o BM valoriza mais o saber fazer adquirido ao longo da vida e no processo de trabalho do que a formação adquirida no processo de escolarização.

Alinhadas à Estratégia 2020, a BNCC traz, no documento final, a noção de aprendizagem como competência e está fortemente vinculada às políticas de avaliação como um princípio norteador básico da agenda global difundida pelos organismos internacionais. Assim como a avaliação, vê-se a incorporação do termo aprendizagem e a naturalização das expectativas de aprendizagem como definidoras dos currículos nacionais predeterminados. Ao optar pelas competências e apresentar características de um currículo padronizado e prescritivo, subordina a educação aos interesses das relações de produção capitalistas, bem como à ampliação da formação para o mercado de trabalho, colocando a educação a serviço do mercado como um produto.

Quanto ao conteúdo da proposta para a BNCC, é importante destacar que sujeitos individuais e coletivos, ligados ao MPB, oferecem todo tipo de produtos para as escolas e sistemas públicos como, por exemplo, programas para a formação de professores, gestores, a contratação de consultorias educacionais, serviços de avaliação, *softwares*, plataformas digitais, livros didáticos, entre outros. Basicamente, os programas são padronizados para todas as escolas e sistemas educacionais e propõem soluções focadas na aprendizagem voltada à avaliação para resultados e melhoria do IDEB, como já previa Sahlberg(2011).

Apresentaremos, como exemplo de influência e direcionamento no conteúdo da BNCC e sua implantação, um catálogo de soluções e propostas de duas instituições que fazem parte do MPB. São a Fundação Lemann (2019) e o Instituto Ayrton Senna. O material disponibilizado por essas instituições é colocado à disposição das secretarias, escolas, professores e alunos, alinhado à BNCC, como cursos, plataformas digitais, conteúdos, formação de professores e gestores.

Quadro 2 – Produtos educacionais - Fundação Lemann

| | |
|---|---|
| Nova Escola | Curso Competências Gerais na BNCC Planos de aula alinhados à BNCC Biblioteca essencial do professor TV Nova Escola |
| Tecnologias e Recursos Educacionais Digitais alinhados à BNCC | Alinhamento das tecnologias educacionais à BNCC |
| Boas práticas em sala de aula | Estratégias de professores de redes públicas que se destacam no Ideb e em olimpíadas de conhecimento à disposição de professores |
| <i>Khan Academy</i> | Cursos oferecidos para alunos, professores e pais: Matemática Matemática(BNCC) Ciências naturais por ano Ciências e Engenharia, Economia e Finanças, Computação |
| Rede Conectando Saberes | Rede que incentiva a troca de boas práticas entre professores |
| Programa Fommar | O programa é customizado e atende aos desafios das redes de ensino nas áreas: Políticas Educacionais Formação Contínua em serviço Conectividade e Inovação |
| Coursera | Cursos: gestão para aprendizagem, Ensino Híbrido, Fundamentos do Google para o ensino, Ensino de programação e Explorando os recursos da Khan Academy |

Fonte:Fundação Lemann.Organizado pelo autor,2019

O Instituto Ayrton Senna (IAS) surgiu em 1994 e, conforme seu *site*, desenvolve soluções educacionais, pesquisas em pedagogia, gestão educacional, avaliação e articulação replicáveis em escala, atuando através de parcerias com instituições públicas e privadas. Ele possui um catálogo de programas para sistemas de ensino público cujo enfoque é a aprendizagem dos alunos e a avaliação para resultados. O IAS aborda as soluções educacionais em forma de programas padronizados, como formação de gestores e professores, assessorias e consultorias técnicas. Destaca-se, atualmente, a atuação na Educação Integral e nas competências socioemocionais.

Quadro 3 – Produtos educacionais - Instituto Ayrton Senna

| | |
|---|---|
| Educação Integral | Competências para o século 21 |
| Série de cursos em educação integral | Formação de professores, gestores e comunidade |
| Edulab21 | Novas Ideias: Assessoria Técnica para Estados e municípios Diálogos Socioemocionais: formação de professores e gestores Aplicação em Políticas Públicas: assessorar gestores públicos na implantação da educação integral e formação de professores |
| Guia digital | BNCC: construindo um currículo de educação integral |
| Portal sobre Competências socioemocionais | Portal produzido pelo Porvir em parceria com o Instituto Ayrton Senna que apresenta experiências nacionais e internacionais relacionados às competências socioemocionais |
| Letramento em Programação | Programação de computadores como ferramenta para promover o desenvolvimento de competências como raciocínio lógico e criatividade em alunos do Ensino Fundamental |
| Gestão da Política de Alfabetização | Formação de gestores escolares e coordenadores pedagógicos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental em educação integral |
| Acelera | Solução educacional para distorção idade-série |
| Superação Jovem | Apoio a políticas educacionais e de formação de professores, gestores escolares com foco no estudante |
| Se Liga | Programa voltado para alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental que não estão plenamente alfabetizados, atendendo estudantes do 3º ao 5º ano |
| Gestor em Rede | Formação de gestores |
| Gestão Nota 10 | Formação de gestores e programas de gestão pedagógica, administrativa e financeira |
| Fórmula da Vitória | Programa voltado aos estudantes dos anos finais do EF focado em Português e Matemática, na perspectiva de educação integral |

Fonte: Instituto Ayrton Senna, 2019. Organizado pelo autor.

Pesquisas (PERONI *et al.*, 2015, ADRIÃO, 2014a, 2014b) apontam que as instituições ligadas ao mercado de soluções educativas, ao avançar sobre a educação pública, influenciam conteúdos, procedimentos, a formação de professores e os processos pedagógicos das escolas. Como apresentamos nos quadros 2 e 3, há um esforço das instituições privadas em direcionar o conteúdo com o discurso de 'ajuda, auxílio'. Nesse sentido, a educação perde a centralidade e passa a funcionar com base no dogma mercantil, constituindo a própria forma de pensar a educação na sociedade capitalista.

Com as mudanças propostas pelas reformas em curso, em particular a BNCC, altera-se substantivamente o conteúdo da educação básica através de programas, metodologias, manuais, formação de gestores, professores e alunos, cujo foco passa a ser a aprendizagem ao longo da vida. A avaliação passa a ser para resultados nas provas e testes nacionais e internacionais, esvaziando-se o conteúdo pedagógico ao propor programas

prontos, sem a participação do professor e sem relação com o projeto político-pedagógico das escolas.

As competências presentes na BNCC e nos programas oferecidos pelas fundações, institutos e outros devem ser desenvolvidas para que o aluno/trabalhador se torne apto e adaptado às novas mudanças exigidas pela chamada Educação para o século 21. Esse trabalhador deve exercer, de modo competente e eficaz, um papel na atividade econômica do país.

Para Freres e Rabelo (2015), o fundamental seria também colocar-se na condição de eterno aprendiz, já que, no mundo em que muitas mercadorias se tornam obsoletas, o conhecimento também se torna obsoleto, necessitando atualização constante para acompanhar os avanços cada vez mais rápidos que ditam o ritmo do trabalho e da vida na sociedade atual.

No entanto, esse aprender sempre é sempre a mesma coisa: ler, escrever, fazer cálculos matemáticos. Em nenhum momento, defende-se a impreterível necessidade de apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade, para que não sejam reveladas para os trabalhadores as leis que presidem a sociabilidade do capital, para que nenhum trabalhador compreenda a origem de sua exploração, aceitando-a como se ela fosse algo natural. (FRERES; RABELO, 2015, p.66).

A recente Reforma Trabalhista, que tira direitos dos trabalhadores, a PEC nº 55/2016¹¹, transformada em lei, ao congelar por vinte anos o investimento público na área social, “reserva toda a riqueza produzida para ganhos do capital constituindo-se na maior agressão às conquistas de direitos da classe trabalhadora desde o fim da escravidão” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.366). Dessa forma, “destrói o Estado como agente de garantia de direitos universais” (*Idem*, 2017, p.377).

Freres e Rabelo (2015, p.66) declaram que, ao determinar “economicamente quais são os conteúdos necessários à atividade produtiva e como eles devem ser trabalhados, sob um discurso falso de democratização da escola”, qualidade e equidade, passa-se a restringir a função da escola ao ensino da leitura, da escrita e do cálculo que devem ser oferecidos para a classe trabalhadora negando o conhecimento sistematizado ao longo da história. À medida que o capital se amplia, mais necessária é a utilização de diversos mecanismos político-ideológicos para o controle social, por isso a importância das competências socioemocionais no currículo, flexibilidade, empatia, cooperação, pró-atividade, responsabilidade, autoconhecimento, autocuidado e empreendedorismo, como querem os empresários.

A escola se torna, assim, o lugar privilegiado para a formação de indivíduos que interessam ao capital. E os indivíduos seriam os responsáveis pela busca de condições para sua formação e de sua inserção no mercado, procurando desenvolver capacidades para executar várias atividades com habilidade e conhecimento. Contraditoriamente, a BNCC apresenta conhecimentos restritos, cuja obrigatoriedade passa a ser Português e Matemática, sendo os indivíduos os responsáveis por sua aprendizagem ao longo da vida, como quer o Banco Mundial.

Considerações

Ao apresentar este artigo, em que constam resultados parciais da pesquisa sobre a BNCC, um dos objetivos é contribuir para o diálogo sobre o tema como política pública no contexto de crise do capital caracterizado pela supremacia do mercado e esvaziamento dos princípios democráticos que constam no aparato legal brasileiro para a educação. O que está em disputa é um novo projeto societário, com um novo projeto educacional baseado na produtividade para o mercado, esvaziando o conteúdo político-pedagógico do currículo. O mercado passa a ser o parâmetro de qualidade, eficiência e eficácia para a educação pública a partir das demandas globais e da Estratégia 2020 do Banco Mundial.

A BNCC revela o interesse de grandes grupos empresariais privados ao indicarem a direção das políticas educacionais, através dos sujeitos envolvidos, influenciando o conteúdo da proposta, sem a ampla participação da comunidade educacional. Em relação ao conteúdo da proposta da BNCC, evidenciamos, ao longo do texto, o alinhamento à Estratégia 2020 com o deslocamento do enfoque da educação como processo amplo para aprendizagem ao longo da vida.

A BNCC apresenta características de um currículo restritivo e padronizado, que deverá ser monitorado por indicadores de desempenho e de impacto através das avaliações para resultados. De um lado, temos a proposta do BM de subordinar a educação aos interesses das relações de produção capitalistas, bem como a ampliação da formação de mão de obra para o mercado de trabalho que colocam a educação a serviço do mercado. Por outro, temos o esvaziamento da educação como processo democrático. No que pesem nossas pesquisas, a BNCC se inscreve em um projeto de mercantilização da educação com o objetivo de privatizá-la por dentro e por fora, atendendo aos interesses da expansão do capital e das reformas globais visando promover mudanças nas concepções pedagógicas a partir das influências de grupos privados atuando na direção e no conteúdo da proposta educacional.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.; GARCIA, T. Subsídio Público ao Setor Privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. *Revista Políticas Educativas*, v.7, p.110-112, 2014a.
- ADRIÃO, Theresa. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 28, n. especial, p. 263-282, 2014b.
- AGUIAR, Márcia A. da S.; DOURADO. Luiz Fernandes(Orgs). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. - Recife: ANPAE, 2018.
- BALL, Stephen. Educação Global S.A. *Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa, UEPG, 2014.
- BALL, Stephen; YOUDELL. D. *Hidden Privatisation in Public Education*. Institute of Education[on line]. University of London, Bruxelas, 2008. Disponível em: <http://www.campaignforeducation.org/docs/privatisation/Endogenous%20Privatization%20Stephen%20Ball_ENGLISH.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.
- BANCO MUNDIAL. Aprendizagem para todos: Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial. Resumo executivo. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.
- BONINI, Adair (et al.). Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento na educação básica: subsídios ao currículo nacional. Acervo Digital UFPR.Curitiba, junho 2018. Disponível em:<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55911/direitos_a_aprendizagem_e_ao_desenvolvimento_na_educacao_basica_subsidios_ao_cu_preprint.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular(2017). Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 jan.2019.
- _____.Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017.Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF, dez 2017.
- DALE, R. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto, número 16, 2004, p. 423-460.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Caderno Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, 2009, p. 201-215.
- FAGNANI, Eduardo. O capital contra a cidadania. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 314, set. 2017.
- FREITAS. Luis Carlos de. *A reforma empresarial na educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo:Editora Expressão Popular,2018.
- FRERES, Helena; RABELO Jackline. Educação, Desenvolvimento e empregabilidade: o receituário empresarial para a educação no Brasil.p.59-85.In RABELO,J; JIMENEZ,S; SEGUNDO,M.D.M(Orgs). *O movimento de educação para todos e a crítica marxista*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. São Paulo: Cortez,1996.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Disponível em <<https://fundacaolemann.org.br/transformamos>> Acesso em: 20 fev. 2019.
- GRUPO SANTILLANNA. Disponível em:<<https://www.gruposantillana.com.br/santillana>>. Acesso em: 20 fev.2019.
- INSTITUTO AYRTON SENNA. Como atuamos. Disponível em: <<https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/Atuacao.html#atuacao/Acesso>>. Acesso em: 20 fev.2019.

LIMA, L. C. Apresentação da seção temática: privatização da Educação no contexto da(s) "Terceira(s) Via(s)": uma caracterização em análise. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 177-181, maio/agosto, 2013.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. In. *Revista Outubro*. N. 4, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 1998

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017.

MOVIMENTO PELA BASE. *Quem somos*. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 30 jun.2018.

NEVES, Rosa M.C.; PICCININI, Cláudia L. Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do Estado. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 184-206, mai. 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PERONI, Vera (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013.

_____. As implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. Tese (Promoção a Professor Titular da Carreira do Magistério Superior), UFRG, 2016.

PERONI; CAETANO; LIMA. Reformas educacionais de hoje. In: Revista Retratos da Escola. As implicações para a democracia. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: .Acesso em 2 abr.2019.

PERONI, Vera M. V.; CAETANO, M.R. O público e o privado na educação. Projetos em disputa? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

PRONKO, M. (2014). "O Banco Mundial no campo internacional da educação". In: Pereira, J. M. M.; Pronko, M. *A demolição de direitos - um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e para a saúde (1980-2013)*. Rio de Janeiro, EPSJV.

RAVITCH, Diane. *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a Educação*. Porto Alegre, Sulina, 2011, 318p.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.

SAHLBERG, Pasi. *Finnish Lessons: What Can the World Learn from Educational Change in Finland?* New York: Teachers College Press, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima, GARCIA, Rosalba. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v.23, n.2, jul/dez.2005.

SEITZ, Karolin; MARTENS, Jens. *Philanthrolateralism: Private Funding and Corporate Influence in the United Nations*, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319397729_Philanthrolateralism_Private_Funding_and_Corporate_Influence_in_the_United_Nations>. Aces: 10 jan 2019.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERGER, Antoni; BONAL. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1.133-1.156, out.-dez. 2012.

[1]A PEC 55/2016 se transformou na Emenda Constitucional Nº 95 de 15 de dezembro de 2016 que alterou o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.